

SOLIDARIEDADE SOCIAL

Câmara de Guimarães apoia munícipes carenciados no acesso a medicamentos

A Câmara de Guimarães já entregou 63 cartões a munícipes carenciados para serem apoiados pelo "Programa Abem" no acesso a medicamentos.

adquirir os medicamentos comparticipados que lhe sejam prescritos por receita médica, e a sua operacionalização está essencialmente alicerçada na capacidade e logística da rede das Farmácias Portuguesas.

Até ao momento, a Câmara de Guimarães já entregou 63 cartões a munícipes vimeiraneses, devidamente referenciados pela Divisão da Ação Social e regista a entrada de várias candidaturas que estão em fase de avaliação para referência.

Aquele é o resultado do protocolo que foi celebrado no passado mês de março entre a autarquia e a Associação Dig-



Câmara de Guimarães já entregou 63 cartões a munícipes vimeiraneses

nitide, responsável pelo "Programa Abem: Rede Solidária do Medicamento". Esta Instituição Particular de Solidariedade

Social, fundada em novembro de 2015, por entidades do setor social e do setor da saúde, tem por missão o desenvolvimen-

to de programas solidários de grande impacto social, que promovam a qualidade de vida e o bem-estar dos portugueses, preten-

dendo assumir-se como uma plataforma de responsabilidade social.

Em Guimarães, as farmácias que integram a rede solidária do medicamento são as seguintes: Farmácia Horus (Toural), Farmácia Vitória (GuimarãesShopping), Farmácia Santo António (Urgeses), Farmácia Barbosa (Toural), Farmácia São Torcato (Av. São Torcato Mártir), Farmácia Dias Machado (Rua 25 de abril), Farmácia Castilho (Pevidém), Farmácia Nunes de Sá (Fermentões), Farmácia São João de Ponte (Campeiros), Farmácia Vieira de Castro (Cruz D'Argola) e Farmácia Avenida (Av. D. João IV).

"Programa Abem: Rede Solidária do Medicamento" tem por objetivo garantir o acesso ao medicamento, em ambulatório, por parte de qualquer cidadão que, em Portugal, se encontre numa situação de carência económica que o impossibilite de

VISITA

Deputados socialistas visitam unidade de retaguarda subaproveitada em Cabeceiras

O presidente da Câmara de Cabeceiras de Basto, Francisco Alves, acompanhou a visita dos deputados socialistas eleitos pelo Círculo de Braga, Joaquim Barreto e Luís Soares, à Unidade de Internamento Pública de Cabeceiras de Basto, gerida pelo Hospital de Guimarães.

Aquela Unidade de Internamento, depois de cerca de 4 anos de suspensão, voltou a ter inscrita na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados 11 camas para internamentos de Curta Duração (até 30 dias) na sequência da publicação do despacho conjunto da Secretaria de Estado do Orçamento, da Secretaria de Estado da Segurança



Unidade de Internamento de Cabeceiras é unidade de retaguarda do Hospital de Guimarães

Social e da Secretaria de Estado Adjunta e da Saúde, de dezembro de 2017. O despacho estabelecia a celebração de contratos-programa com as entida-

des integradas ou a integrar na referida rede, no âmbito do funcionamento e implementação da mesma, como era o caso de três unidades em Ca-

beceiras de Basto.

Contudo, até ao momento, a Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte ainda não criou condições para a assina-

tura do protocolo com o Hospital de Guimarães, não tendo, por isso, ao fim de 8 meses, sido posta em prática a decisão do Governo. A Unidade de Internamento Pública de Cabeceiras de Basto continua, assim, a ser apenas uma "unidade de retaguarda" do Hospital de Guimarães.

Os deputados socialistas inanimaram-se «preocupados e indignados com esta situação», posição com a qual se solidarizou o presidente da Câmara, uma vez que «a Unidade se encontra subaproveitada, com uma taxa de ocupação de 50 por cento». Os deputados socialistas tomaram também conhecimento, segundo nota da gestão

municipal cabeceirense, de que «a ARS Norte tem criado algumas dificuldades burocráticas, esquecendo o facto de que esta Unidade já integrou a Rede de Cuidados Continuados durante quatro anos».

No final da visita, os deputados socialistas desajaram que aquela unidade «integre rapidamente a Rede de Cuidados Continuados com todas as valências» que lhe devem estar adstritas, evidenciando a necessidade de «materializar a vontade política manifestada em dezembro de 2017» com a publicação de despacho e apelando à ARS Norte celeridade na assinatura do protocolo e concretização do mesmo.